



## **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 136/2025**

**Comissão de Agropecuária, Comércio, Indústria e Turismo**

### **Relatório**

Trata-se de Projeto de Lei, de autoria do Vereador Gustavo Henrique Duarte Silva, que dispõe sobre a alteração de dispositivos da Lei nº 6.556, de 05 de maio de 2021, a qual instituiu a Rota Turístico-Cultural Benjamim de Oliveira no município de Pará de Minas.

Compete a esta Comissão, preliminarmente, nos termos do art. 45, parágrafo único, inc. I, c/c art. 58 da Resolução nº 543/2017, emitir parecer quanto aos aspectos temáticos.

### **Fundamentação**

A proposta em análise busca promover ajustes pontuais no texto da Lei nº 6.556/2021, com o objetivo de garantir maior clareza, ampliar a abrangência territorial da rota e fortalecer sua preservação histórico-cultural. Entre as alterações apresentadas, destacam-se a preservação do caminho original da antiga linha férrea, a caracterização e sinalização da rota em função de suas tipicidades históricas, culturais, ambientais, religiosas e esportivas, bem como a inclusão da obrigação de preservar estradas, caminhos e trilhas não pavimentadas que compõem o trajeto.

Essas modificações ampliam a proteção do patrimônio cultural e natural existente ao longo do percurso, assegurando que o projeto mantenha sua autenticidade e respeite as tradições locais. A preservação de trilhas e caminhos originais, aliada à adequada sinalização, contribui para tornar a rota mais atrativa a visitantes e turistas, estimulando o turismo sustentável e responsável.

Além do aspecto cultural e ambiental, a proposição também possui reflexos positivos sobre o comércio, a indústria do turismo e a economia criativa, setores diretamente relacionados às competências desta Comissão. O fortalecimento da Rota Turístico-Cultural Benjamim de Oliveira tem potencial para gerar maior fluxo de visitantes, impulsionar negócios locais, valorizar o artesanato, a gastronomia e demais atividades vinculadas à identidade histórica e cultural do município. Ressalta-se ainda que não se identificam ilegalidades ou incompatibilidades constitucionais, estando a iniciativa em conformidade com os princípios de preservação cultural e de incentivo ao desenvolvimento econômico.

### **Conclusão**



Diante do exposto, esta Comissão opina pela LEGALIDADE do Projeto de Lei nº 136/2025.

É como voto, para apreciação do Plenário.

Pará de Minas, 29 de setembro de 2025.

**MARCIA  
FLAVIA  
MARZAGAO  
ALBANO:05  
772428659**

Assinado digitalmente por MARCIA  
FLAVIA MARZAGAO  
ALBANO:05772428659  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=  
Certificado Digital PF A3, OU=  
Presencial, OU=46836327000107,  
OU=AC SyngularID Multipla, CN=  
MARCIA FLAVIA MARZAGAO  
ALBANO:05772428659  
Razão: Eu sou o autor deste  
documento  
Localização:  
Data: 2025.09.29 13:55:53-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

Márcia Flávia Marzagão Albano

Relatora

Lucas Henrique da Silva

Vice-Presidente

**CARLOS  
EDUARDO  
CANCADO MELO  
FRANCO:1328546  
3651**

Assinado digitalmente por CARLOS  
EDUARDO CANCADO MELO  
FRANCO:13285463651  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado  
Digital PF A3, OU=Presencial, OU=  
46836327000107, OU=AC SyngularID  
Multipla, CN=CARLOS EDUARDO  
CANCADO MELO FRANCO:13285463651  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2025.09.29 14:11:17-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0

Carlos Eduardo Cançado Melo Franco

Presidente